

**EDcl na RECLAMAÇÃO Nº 36.190 - SP (2018/0173283-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE** : GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA  
**OUTRO NOME** : YOKI ALIMENTOS S/A  
**ADVOGADO** : AGUINALDO ALVES BIFFI E OUTRO(S) - SP128862  
**EMBARGADO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. EMBARGOS REJEITADOS.**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão assim ementada (fl. 663):

**PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ARTIGO 988 DO CPC/2015. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA**

O embargante sustenta que é incabível a aplicação da Súmula 734/STF e inaplicável o art. 988, §5º, I do NCPC conforme precedentes do STJ e STF e que o embasamento legal utilizado para o indeferimento da exordial (art. 34, XVIII do Regimento Interno do STJ) não se relaciona com o teor da ação, eis que nenhuma das 3 (três) atribuições do relator elencadas no rol do artigo se vincula ao presente caso.

Com impugnação.

É o relatório.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

A decisão embargada decidiu que é manifestamente incabível o pedido veiculado em reclamação que almeje o rejugamento de recurso; além disso, incabível pedido de reforma de ato judicial transitado em julgado, ou seja, ato já atingido pela eficácia preclusiva máxima.

Assim, evidencia-se não ter ocorrido falta de clareza, insuficiência de fundamentação ou erro material a ensejar esclarecimento ou complementação do que já decidido.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator